

18º CONCURSO DE CREDENCIAMENTO DE ESTAGIÁRIOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO – 2013

PROVA “A”

1. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Segundo a Constituição Federal, os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da respectiva Constituição Estadual.
- b) Os Ministérios Públicos dos Estados e o do Distrito Federal e Territórios formarão lista tríplice dentre integrantes da carreira, na forma da lei respectiva, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Chefe do Poder Executivo, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- c) A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização da maioria absoluta do Senado Federal.
- d) O Ministério Público, segundo a Constituição Federal, é considerado função essencial à Justiça, assim como o são a advocacia, a defensoria e a advocacia públicas.
- e) O Ministério Público está disciplinado no Título IV da Constituição Federal que dispõe sobre a organização dos poderes.

2. Assinale a alternativa correta:

- a) O Ministério Público pode, além das prescrições da Constituição Federal, exercer outras funções que lhe forem conferidas, desde que compatíveis com sua finalidade, tais como a representação judicial e a consultoria jurídica de entidades públicas.
- b) As funções do Ministério Público só podem ser exercidas por integrantes da carreira, salvo autorização do chefe da instituição.
- c) O ingresso na carreira do Ministério Público far-se-á mediante concurso público de provas e títulos, assegurada a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em sua realização, exigindo-se do bacharel em direito, no mínimo, dois anos de atividade jurídica e observando-se, nas nomeações, a ordem de classificação.
- d) Cabe ao Poder Executivo elaborar a proposta orçamentária do Ministério Público dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias.
- e) A legitimação do Ministério Público para as ações civis públicas não impede a de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição Federal e na lei.

3. Dentre as vedações aplicáveis aos membros do Ministério Público previstas na Constituição Federal, destacam-se:

- a) Receber honorários ou custas processuais e participar de organização não governamental.
- b) Exercer função de magistério e receber auxílios de pessoas físicas.
- c) Exercer a advocacia no juízo ou tribunal perante o qual exercia suas funções, antes de decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- d) Receber contribuições de entidades públicas e exercer a advocacia no juízo ou tribunal perante o qual exercia suas funções, após decorridos três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- e) Receber auxílios ou contribuições de pessoas físicas, entidades públicas ou privadas, ressalvadas as exceções previstas em lei e exercer uma função de magistério.

4. O enunciado “Ninguém será processado nem sentenciado senão pela autoridade competente” relaciona-se com o princípio:

- a) da eficiência.
- b) do promotor natural.
- c) da legalidade.
- d) da impessoalidade.
- e) da moralidade.

5. São competentes, nos termos da Constituição Federal, para receber reclamações:

- a) As ouvidorias e o Corregedor nacional, este somente contra os membros do Ministério Público.
- b) O Conselho Nacional do Ministério Público e o Corregedor nacional, contra os membros e as ouvidorias, contra os serviços auxiliares.
- c) O Corregedor nacional, o Conselho Nacional do Ministério Público e a Ordem dos Advogados do Brasil.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público, o Corregedor nacional e as ouvidorias, contra membros e serviços auxiliares do Ministério Público.
- e) O Conselho Nacional do Ministério Público, contra membros e o Corregedor nacional, contra o Procurador-Geral de Justiça.

6. Sobre a vitaliciedade, é correto afirmar que:

- a) É princípio institucional do Ministério Público, após dois anos de exercício, não podendo o membro perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- b) É garantia dos membros do Ministério Público, adquirida após três anos de efetivo exercício, não podendo perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado.
- c) É princípio institucional do Ministério Público, não podendo o membro perder o cargo senão por sentença judicial transitada em julgado ou por decisão da maioria absoluta do Conselho Superior do Ministério Público.
- d) É garantia dos membros do Ministério Público, após dois anos de exercício, salvo se lei complementar dispuser em contrário.
- e) É garantia dos membros do Ministério Público, após dois anos de exercício, não podendo ser alterada por lei complementar da União e dos Estados.

7. O princípio da independência funcional assegura que os membros e órgãos do Ministério Público:

- a) são livres para o exercício de suas funções, não estando sujeitos a interferências de quaisquer órgãos internos ou externos.
- b) não são obrigados a observar leis ordinárias e decretos, mas apenas a Constituição Federal.
- c) podem ser substituídos uns pelos outros, de acordo com as normas legais.
- d) devem atuar de acordo com as leis e a sua consciência, pois não poderão ser responsabilizados pelo exercício irregular de suas funções.
- e) podem propor a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares e a política remuneratória.

8. Sobre prescrição, na lei penal em vigor, assinale a alternativa correta:

- a) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se em 2 (dois) anos, se o máximo da pena é inferior a 1 (um) ano.
- b) A prescrição depois de transitar em julgado a sentença condenatória regula-se pela pena aplicada e verifica-se nos prazos fixados no artigo 109 do Código Penal, os quais se aumentam de um terço, se o condenado é reincidente.
- c) A prescrição, depois da sentença condenatória com trânsito em julgado para a acusação ou depois de improvido seu recurso, regula-se pela pena aplicada, podendo ter por termo inicial data anterior à da denúncia ou queixa.

- d) A prescrição da pena de multa ocorrerá em 2 (dois) anos, quando a multa for alternativa ou cumulativamente cominada ou cumulativamente aplicada.
- e) No concurso de crimes, a prescrição incidirá sobre a pena total aplicada aos crimes concorrentes.

9. Sobre dosimetria das penas, assinale a alternativa correta:

- a) São circunstâncias judiciais a culpabilidade, a conduta social, a reincidência, os motivos, as circunstâncias e conseqüências do crime, bem como o comportamento da vítima.
- b) A pena sempre deve ser agravada quando o agente comete o crime contra mulher, criança, idoso ou enfermo.
- c) Para efeito de reincidência, não prevalece a condenação anterior, se entre a data do cumprimento ou extinção da pena e a data da condenação posterior tiver decorrido período de tempo superior a 5 (cinco) anos.
- d) A pena-base será fixada atendendo-se às circunstâncias judiciais; em seguida serão consideradas as causas de diminuição e de aumento; por último, as circunstâncias atenuantes e agravantes.
- e) Verifica-se a reincidência quando o agente comete novo crime, depois de transitar em julgado a sentença que, no Brasil ou no exterior, o tenha condenado por crime anterior.

10. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Nos crimes de bigamia e nos de falsificação ou alteração de assentamento de registro civil, a prescrição só começa a correr da data da consumação.
- b) A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr na hipótese de tentativa, do dia em que cessou a atividade criminosa.
- c) A prescrição, na hipótese de extorsão mediante sequestro, começa a correr do dia em que a vítima é colocada em liberdade.
- d) A prescrição é contada pela metade na hipótese do réu ter 21 anos na data do crime.
- e) A prescrição interrompe-se pela publicação da sentença ou acórdão condenatórios recorríveis.

11. É correto afirmar que:

- a) Quando o agente mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, mediante violência ou grave ameaça contra a pessoa, agindo dolosamente e com desígnios autônomos em relação aos crimes concorrentes, as penas podem ser aumentadas, mesmo que ultrapassem a quantidade de pena que seria aplicada no concurso material.
- b) Para efeito de reincidência se consideram os crimes militares próprios e políticos.
- c) Na fixação da pena base devem ser observados os critérios do artigo 59 do Código Penal, podendo nesta primeira fase ficar a pena acima do máximo legal.
- d) Nos crimes dolosos continuados cometidos contra vítimas diferentes, com violência ou grave ameaça à pessoa, o juiz, levando em conta as circunstâncias judiciais, pode aumentar a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, até o triplo.
- e) No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias atenuantes, por serem mais favoráveis ao réu.

12. Assinale a alternativa correta:

- a) A pena de multa deve ser obrigatoriamente paga dentro de 15 dias após o trânsito em julgado da sentença.
- b) A pena de multa será no mínimo de 10 e no máximo de 360 dias-multa, sendo que o valor de cada dia-multa não poderá ser inferior a um trigésimo do maior salário mínimo mensal vigente ao tempo do fato, nem superior a 03 vezes esse salário.
- c) A limitação de fim de semana consiste na obrigação de permanecer, aos sábados e domingos, por 08 horas diárias, em casa de albergado ou outro estabelecimento adequado.

- d) A cobrança da pena de multa não poderá incidir sobre o salário do condenado.
- e) A natureza jurídica da pena de multa é de dívida de valor.

13. Assinale a alternativa incorreta:

- a) A perempção é a perda do direito de demandar o querelado em face da inércia do querelante.
- b) O perdão do ofendido é uma causa de extinção da punibilidade e é admitido tanto na ação penal privada, quanto na ação privada subsidiária da pública.
- c) A renúncia ao direito de queixa pode ser feita de forma expressa ou de forma tácita.
- d) A graça é individual e o indulto é coletivo.
- e) A anistia é considerada própria quando concedida antes da condenação irrecorrível.

14. Considere as afirmações abaixo:

I - O crime unissubsistente não admite tentativa.

II - Crimes vagos são os que têm por sujeito passivo entidades sem personalidade jurídica.

III - Crimes de ação múltipla ou de conteúdo variado são crimes em que o tipo faz referência a várias modalidades da ação.

IV - A tentativa branca ocorre quando a vítima sofre apenas lesões leves.

V - O crime putativo por erro de proibição ocorre quando o agente supõe violar uma norma penal que na verdade não existe.

VI - Os crimes omissivos impróprios são aqueles que se perfazem com a simples abstenção.

Assinale a alternativa correta:

- a) As afirmações I e II são corretas e as demais falsas.
- b) As afirmações I, III, IV, VI são corretas e as demais falsas.
- c) As afirmações III e IV são falsas e as demais verdadeiras.
- d) As afirmações IV e VI são falsas e as demais verdadeiras.
- e) Todas as afirmações são verdadeiras.

15. No tocante aos requisitos legais do livramento condicional é correto afirmar que:

- a) penas privativas de liberdade de qualquer quantidade e multa de qualquer valor podem ser objeto do livramento.
- b) o livramento para pena de multa dependerá da reparação de dano.
- c) a reincidência do réu impede o direito ao livramento condicional.
- d) o réu reincidente não específico em crime hediondo tem direito ao livramento condicional.
- e) as penas concedidas em processos diversos ou infrações distintas não deverão ser somadas para a concessão do livramento.

16. Assinale os princípios que norteiam o conflito aparente de normas:

- a) Especialidade, subsidiariedade, consunção e territorialidade.
- b) Especialidade, proporcionalidade, consunção e derogabilidade.
- c) Especialidade, subsidiariedade, consunção e alternatividade.
- d) Proporcionalidade, subsidiariedade, consunção e derogabilidade.
- e) Proporcionalidade, subsidiariedade, absorção e alternatividade.

17. Em regra, não se admite tentativa nos crimes:

- a) preterdolosos, omissivos próprios e habituais próprios.
- b) culposos, preterdolosos e comissivos.

- c) culposos, de múltipla ação e plurissubsistentes.
- d) preterdolosos, materiais e permanentes.
- e) preterdolosos, unissubsistentes e materiais.

18. Em relação à embriaguez, assinale a alternativa correta:

- a) A embriaguez proveniente de caso fortuito e força maior gera isenção de pena se o agente, ao tempo da ação, não possuía a plena capacidade de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- b) Não excluem a imputabilidade a embriaguez voluntária ou culposa pelo álcool ou substância de efeitos análogos.
- c) É isento de pena o agente que atuou em estado de embriaguez completa, desde que tenha ingerido bebida alcoólica voluntariamente.
- d) A pena será diminuída se o agente embriagou-se culposamente e atuou sem condições de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.
- e) A embriaguez proveniente de caso fortuito e força maior gera diminuição da pena se o agente, ao tempo da ação, era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

19. Em relação às penas restritivas de direitos, é correto afirmar que:

- a) São aplicáveis, por substituição, sempre que a pena privativa de liberdade não for superior a 04 anos, qualquer que seja o crime cometido pelo agente.
- b) São aplicáveis aos crimes culposos, qualquer que seja a pena.
- c) Não se aplicam, em nenhum caso, ao agente reincidente em crime doloso.
- d) A prestação de serviços à comunidade deve ser revertida diretamente à vítima ou a entidades públicas.
- e) A pena restritiva de direitos, injustificadamente descumprida, será revertida para privativa de liberdade pelo tempo fixado na sentença original, não se descontando o tempo cumprido da restritiva, que tem outra natureza.

20. Quanto aos elementos acidentais do negócio jurídico:

I – O encargo é cláusula acessória às liberalidades, pela qual se impõe um ônus ao beneficiário.

II – A condição deriva de dispositivo legal ou da vontade das partes e subordina o efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto, podendo ser suspensiva ou resolutiva.

III – O termo é a cláusula que subordina a eficácia a evento futuro e certo.

IV – O encargo se assemelha à condição suspensiva, vez que ambos suspendem o exercício do direito.

Estão corretas as seguintes afirmações:

- a) I e III.
- b) I e IV.
- c) II e III.
- d) II e IV.
- e) III e IV.

21. Sobre os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno, assinale a afirmação incorreta:

- a) Aqueles destinados à execução dos serviços públicos e utilizados exclusivamente pelo Poder Público são considerados bens de uso especial e, juntamente com os bens de uso comum do povo, caracterizam-se por serem inalienáveis, imprescritíveis e impenhoráveis.
- b) As terras devolutas, estradas de ferro e fazendas pertencentes ao Estado estão na categoria dos bens dominicais e constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal ou real.
- c) A desafetação é instituto aplicável a todos os bens de uso comum do povo e aos de uso especial e resulta da atuação direta da administração, por meio de ato administrativo.

- d) A alienabilidade dos bens dominicais não é absoluta em razão da possibilidade de afetação.
- e) O Poder Público pode cobrar pelo acesso a bens de uso comum do povo.

22. A respeito da incapacidade, aponte a afirmação correta:

- a) A emancipação pode ser concedida por apenas um dos pais ou, no caso de tutela, pelo tutor, mas sempre por instrumento público.
- b) Aqueles que por enfermidade ou deficiência mental não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil são considerados incapazes, admitindo-se os intervalos lúcidos, nos quais os atos praticados são considerados válidos.
- c) O Código Civil estabeleceu uma gradação para a debilidade mental de modo que, quando a pessoa for totalmente privada do necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil, será considerada absolutamente incapaz, mas apenas relativamente incapaz se tiver o discernimento reduzido.
- d) Os viciados em drogas, em razão da redução de seu discernimento, são considerados absolutamente incapazes.
- e) Aqueles que, por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade, são considerados relativamente incapazes.

23. No tocante ao domicílio, é falsa a seguinte assertiva:

- a) O incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso têm domicílio necessário.
- b) O do incapaz é o de seu representante ou assistente.
- c) O do preso é o do lugar em que cumpre a sentença.
- d) O do militar do Exército, da Marinha e da Aeronáutica é o do local da sede do comando a que se encontrar imediatamente subordinado.
- e) O do servidor público é o do lugar em que exercer permanentemente suas funções.

24. São pessoas jurídicas de direito privado, exceto:

- a) as empresas individuais de responsabilidade limitada.
- b) os partidos políticos.
- c) as fundações.
- d) as autarquias.
- e) as associações.

25. O negócio jurídico pelo qual pessoa inexperiente se obriga a prestação desproporcional ao valor da prestação oposta:

- a) pode produzir efeitos.
- b) é nulo em razão da incapacidade do sujeito.
- c) por ter vício em sua origem, deve ser anulado, ainda que as partes, de comum acordo, estabeleçam suplemento suficiente e diminuam o proveito daquela que foi inicialmente favorecida.
- d) somente pode ser anulado se for provada a ocorrência de coação.
- e) é sempre válido, pois a experiência não é requisito para a manifestação de vontade.

26. Assinale a alternativa correta:

- a) O reconhecimento de filho não pode ocorrer durante a gestação.
- b) Para que cesse a incapacidade de pessoa com 16 (dezesseis) anos de idade que obtenha relação de emprego e, em função dela, tenha economia própria, faz-se necessária a emancipação, por outorga dos pais ou do juiz.
- c) O sinal de transmissão de televisão a cabo é bem móvel.
- d) Se os bens destinados a uma fundação forem insuficientes, não tendo o instituidor disposto de outro modo, serão eles incorporados ao patrimônio do Município.

e) O ato não produz efeitos se não existirem os fatos considerados por uma das partes para sua prática.

27. Assinale a alternativa correta:

- a) O dano causado a alguém pelo comportamento de um agente público pode levar à responsabilização da autarquia em nome da qual ele atua, desde que fique comprovado o dolo ou a culpa.
- b) A reprodução, em rede social existente na internet, de trecho de voto proferido por Ministro do Supremo Tribunal Federal no julgamento de crimes praticados por um parlamentar no exercício de seu cargo poderá ser proibida se for negativa a sua reputação ou respeitabilidade.
- c) As associações são constituídas por contrato social.
- d) O prédio onde se situa a sede da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo não é um bem de uso comum do povo.
- e) As praias são bens dominicais;

28. Assinale a alternativa incorreta:

- a) Se a lei não exigir expressamente determinada forma para a declaração de vontade, a forma é livre.
- b) O dolo acidental não acarreta a invalidação do ato jurídico.
- c) Os prazos de prescrição não podem ser alterados por acordo das partes.
- d) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial podem se tornar alienáveis.
- e) Se, em um negócio jurídico, for estabelecida condição incompreensível ou contraditória, ela será tida como não escrita.

29. É correto afirmar sobre o negócio jurídico:

- a) Tendo em vista o princípio da legalidade, segundo o qual ninguém pode ser obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei (Constituição da República, art. 5º, II), o ato jurídico só pode ter as condições que a lei previamente estabelecer.
- b) Não é condição a subordinação do efeito do negócio jurídico a evento futuro e incerto pela lei.
- c) Negócio jurídico modal é aquele que apresenta elementos essenciais.
- d) A condição resolutiva aposta a um negócio de execução continuada ou periódica tem efeito retroativo.
- e) Para que se preserve a boa-fé, os motivos do ato jurídico devem ser expressos por escrito.

30. Sobre os princípios do contraditório e da ampla defesa, assinale a alternativa correta:

- a) Estão previstos expressamente na Constituição Federal e nos Códigos de Processo Civil e Processo Penal.
- b) São garantidos aos litigantes em qualquer processo, judicial ou administrativo, e aos acusados em geral.
- c) Não é observado o princípio do contraditório no processo em que o réu, pessoalmente citado, permanece revel em ação que trata de direito disponível.
- d) Não haverá contraditório no processo em que o juiz deferiu uma liminar sem ouvir o demandado.
- e) No processo penal, é indispensável o exercício da defesa técnica, por advogado, assim como o exercício da autodefesa, pelo acusado.

31. Sobre coisa julgada, assinale a alternativa correta:

- a) Nas ações coletivas ajuizadas em defesa de interesses metaindividuais devem ser respeitados os limites subjetivos da coisa julgada, ficando os efeitos da sentença restritos ao réu e aos legitimados extraordinários.
- b) A coisa julgada formal torna imutáveis os efeitos produzidos pela sentença e lançados fora do processo.
- c) As sentenças que põem fim à relação processual sem resolução de mérito produzem coisa julgada material.
- d) Os motivos, quando importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença, fazem coisa julgada material.

e) No processo penal, a exceção de coisa julgada somente pode ser oposta em relação ao fato principal que tiver sido objeto da sentença.

32. Sobre os princípios gerais do direito processual, assinale a alternativa correta:

- a) O princípio do juiz natural consagra a norma de que só é juiz o órgão investido de jurisdição e não veda a criação de tribunais de exceção, desde que compostos por juízes togados.
- b) No processo penal há a mitigação do princípio da igualdade, pois a pretensão punitiva goza de proteção em relação ao interesse do acusado.
- c) No processo penal prevalece o princípio da disponibilidade processual, cabendo ao Ministério Público apreciar a oportunidade ou conveniência da instauração do processo ou do inquérito policial.
- d) A presença de público nas audiências e a possibilidade do exame dos autos por qualquer pessoa são manifestações do princípio do contraditório.
- e) De acordo com o princípio da instrumentalidade das formas, quando a lei prescrever determinada forma, o juiz considerará válido o ato se, realizado de outro modo, alcançar sua finalidade.

33. Assinale a alternativa correta:

- a) Para que o autor reúna todas as condições da ação, ele precisa ter o direito material discutido na demanda.
- b) Uma vez já reconhecida a existência das condições da ação no início do processo, quando do despacho inicial, o juiz não pode proferir sentença terminativa com o argumento de que, nesta última fase processual, uma das referidas condições não mais existe.
- c) Se o autor apela da decisão que indeferiu a petição inicial no processo civil, o juiz da causa poderá retratar-se, reformando sua própria decisão.
- d) A contestação é o momento processual para a arguição de carência da ação, sob pena de preclusão.
- e) Em razão do interesse de agir, o autor não pode deduzir demanda limitando-se a postular declaração da existência ou inexistência de relação jurídica.

34. Sobre a ação penal privada, assinale a alternativa correta:

- a) Nas ações penais exclusivamente privadas, o Estado somente delega ao ofendido a legitimidade para o início do processo, conservando consigo a exclusividade do direito de punir.
- b) Renúncia, decadência e perdão são sempre anteriores à ação penal, enquanto a perempção só pode ocorrer no curso da ação penal.
- c) O direito de queixa, nas ações penais privadas, não pode ser renunciado, pois é direito personalíssimo.
- d) O prazo para o ajuizamento ação penal privada é de seis meses e deve ser contado da data do fato criminoso.
- e) O prazo prescricional para o oferecimento da queixa-crime é de seis meses e é considerado prazo processual.

35. Sobre a lei processual penal brasileira, assinale a alternativa correta:

- a) A lei processual penal tem aplicação imediata, devendo ser renovados os atos praticados sob a vigência da lei anterior revogada, sob pena de nulidade absoluta.
- b) Tem aplicação imediata, porém retroagirá toda vez que, de qualquer modo, favorecer o réu.
- c) Não se admitem a interpretação extensiva, a aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais do direito, em obediência ao princípio da legalidade estrita.
- d) Compete exclusivamente à União legislar sobre a lei processual, sendo vedado aos Estados-membros legislar sobre questões específicas, ainda que tenham autorização legislativa para tanto.
- e) Ao iniciar a vigência de uma nova norma processual penal, mais gravosa que a anterior, esta nova norma terá aplicação imediata, ainda que o fato criminoso tenha ocorrido antes da publicação.

36. Leia as afirmações sobre o Inquérito Policial:

I – O inquérito policial é imprescindível para instruir o oferecimento da denúncia.

II - Levando-se em conta o Código de Processo Penal, da decisão que arquiva o inquérito policial, a pedido do Ministério Público, não cabe qualquer recurso.

III - Caso o inquérito policial seja eivado de vício de forma, haverá mera irregularidade, sem conseqüências à ação penal.

IV - Caso a autoridade policial verifique, depois de instaurado o inquérito policial, que não houve crime, deverá encaminhar o inquérito ao superior hierárquico, propondo seu arquivamento.

V- O juiz pode arquivar o inquérito policial, de ofício, quando se convença da falta de justa causa para a persecução penal.

Está correto o contido em:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) IV e V, apenas.
- e) II e IV, apenas.

37. Sobre prova, assinale a alternativa correta:

a) O princípio da inércia proíbe que o juiz determine, de ofício, a produção de provas no processo penal.

b) O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida nos autos da ação penal, podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação.

c) São inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, mesmo quando não evidenciado o nexo de causalidade entre umas e outras.

d) No Processo Civil, o ônus da prova incumbe ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito, e ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

e) Intervindo como fiscal da lei, o Ministério Público não pode produzir prova em audiência.

38. O estagiário será descredenciado automaticamente:

a) caso se ausente do serviço, durante o ano civil, por mais de dez dias sem justificção, ou por mais de vinte dias, ainda que motivadamente.

b) quando aprovado em outro concurso público.

c) caso venha a ser reprovado em qualquer disciplina do respectivo currículo pleno.

d) quando deixar de apresentar à Corregedoria Geral do Ministério Público o relatório trimestral de suas atividades em mais de duas oportunidades seguidas ou mais de três alternadas.

e) caso venha a se ausentar do serviço, durante o ano civil, por mais de vinte dias, exceto se o fizer motivadamente.

39. Sobre as seguintes afirmações, assinale a alternativa correta:

I - Compete à Corregedoria Geral do Ministério Público avaliar o desempenho do estagiário do Ministério Público, expedindo o certificado correspondente.

II - A violação aos deveres ou incursão nas vedações previstas na Lei Orgânica do Ministério Público do Estado de São Paulo será apurada em procedimento administrativo sumário, podendo o estagiário do Ministério Público ser suspenso pelo Secretário Executivo da Promotoria de Justiça a que estiver administrativamente vinculado, sujeito o ato à ratificação do Procurador-Geral de Justiça.

III - Em razão de conveniência do serviço, será possível a transferência do local de exercício do estagiário, a pedido ou de ofício, ouvida a Corregedoria Geral do Ministério Público.

IV - É dever do estagiário do Ministério Público apresentar, trimestralmente, à Corregedoria-Geral do Ministério Público, relatórios de suas atividades.

- a) as afirmações I, II e IV são verdadeiras e a assertiva III é falsa.
- b) as afirmações I e IV são verdadeiras e as afirmações II e III são falsas.
- c) as afirmações I e III são falsas e as afirmações II e IV são verdadeiras.
- d) as afirmações I, II e IV são falsas e afirmação III é verdadeira.
- e) as afirmações I e II são verdadeiras e as afirmações III e IV são falsas.

40. Sobre as seguintes afirmações, assinale a alternativa correta:

I - O estagiário do Ministério Público terá direito a licença, com prejuízo da bolsa mensal, para realização de provas até o máximo de 20 (vinte) dias por ano.

II - O estagiário do Ministério Público, no exercício de suas funções, sujeitar-se-á à fiscalização e orientação do Conselho Superior do Ministério Público, bem como à inspeção permanente e orientação dos órgãos perante os quais presta serviços.

III - O estagiário do Ministério Público, nos casos da competência do Juizado Especial Criminal, desde que autorizado por portaria do Promotor de Justiça Secretário da Promotoria de Justiça a que estiver vinculado, poderá oferecer proposta de transação penal em audiência preliminar, se o ato for presidido por juiz leigo ou conciliador.

IV - O estagiário do Ministério Público, publicado o ato de credenciamento, tomará posse no Conselho Superior do Ministério Público.

- a) as afirmações I e IV são verdadeiras e as afirmações II e III são falsas.
- b) as afirmações II, III e IV são falsas e a afirmação I é verdadeira.
- c) as afirmações III e IV são falsas e as afirmações I e II são verdadeiras.
- d) as afirmações I, II e IV são verdadeiras e a afirmação III é falsa.
- e) as afirmações II e IV são falsas e as afirmações I e III são verdadeiras.